

Transição para a Vida Independente de Jovens com Deficiência: Políticas Públicas e Práticas de Gestão Familiar

**Belén Rando, César Madureira, Matilde Gago da Silva,
Conceição Baptista e Cláudia Anjos**

Instituto Nacional de Administração, I.P.

- 1. ENQUADRAMENTO**
- 2. OBJECTIVOS**
- 3. MÉTODO**
- 4. RESULTADOS PARCIAIS**
- 5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES**

1.ENQUADRAMENTO

Modelo Biopsicossocial

(CIF – OMS, 2001)

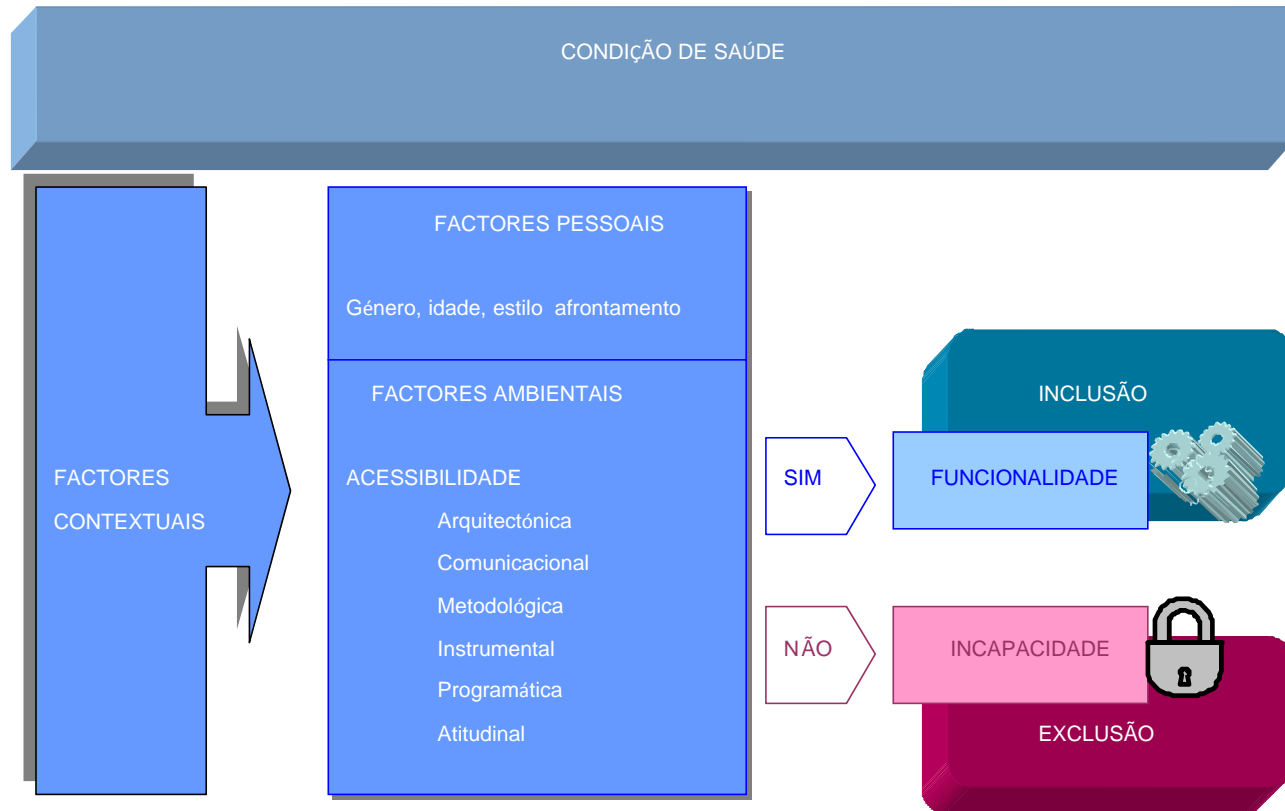
Paradigma da Vida Independente

(EUA, anos 60)

Convenção sobre Direitos Pessoas com Deficiência

(ONU, 2007)

1.ENQUADRAMENTO - Modelo Biopsicossocial



1.ENQUADRAMENTO - Paradigma da Vida Independente

Pressupostos básicos (Morris, 1993)

- Igual valor;
- Direito a tomar decisões;
- Direito a controlar a própria vida;
- Direito a participar plenamente na actividade económica, política e cultural da comunidade como os semelhantes.

1.ENQUADRAMENTO - Paradigma da Vida Independente

Pressupostos (Morris, 1993)

- Igual valor;
- Direito a tomar decisões;
- Direito a controlar a própria vida;
- Direito a participar plenamente na actividade económica, política e social da comunidade como os semelhantes.

ASSISTÊNCIA PESSOAL

1.ENQUADRAMENTO - Convenção ONU, 2007

- Ratificada em 2009 por Portugal
- Óptimo enquadramento legal em termos de direitos, entre outros:
 - Acessibilidades
 - Acesso à justiça
 - Educação
 - Saúde
 - Trabalho e emprego
 - Direito a viver de forma independente (Ass. Pessoal)

2.OBJECTIVOS

OBJECTIVO GERAL

Avaliar se a **política portuguesa de inclusão** dos jovens com deficiência, após a saída do sistema educativo, **é adequada** às necessidades dos jovens e as suas famílias

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. **Analisar a política portuguesa** para a inclusão destes jovens
2. **Caracterizar as famílias e identificar as práticas de gestão familiar**

3. MÉTODO – Fases do estudo

Fase 1. Análise da política de inclusão dos jovens com deficiência

- a) Revisão legislação portuguesa;
- b) Identificação e caracterização medidas políticas e entidades centrais e locais envolvidas.

Fase 2. Levantamento de informação sobre as famílias e práticas de gestão familiar

- a) Técnica focus group;
- b) Inquérito por questionário de âmbito nacional.

3. MÉTODO – Fases do estudo

Fase 1. Análise da política de inclusão dos jovens com deficiência

a) Revisão legislação portuguesa

⇒ Base dados INR, IP

b) Identificação e caracterização das medidas políticas e entidades centrais e locais envolvidas

⇒ Análise PAIPDI (2006-2009)

⇒ Análise ENPSIS (2008 -2010) – PNAI

⇒ Entrevistas a representantes de entidades

3. MÉTODO – População alvo e instrumentos

População alvo

- Entidades envolvidas na implementação das medidas para a inclusão dos jovens (representantes institucionais)

Instrumentos

- Guiões de entrevista semi-dirigida

3. MÉTODO – Recolha de dados

Recolha de dados

- Pesquisa dos diplomas legais publicados em Portugal (Base dados INR, IP)
- Selecção do PAIPDI (2006-2009) e da ENPSIS (2008-2010) para identificar as medidas políticas e as entidades centrais e locais envolvidas
- Entrevistas semi-dirigidas:
 - Selecção de entidades centrais e locais chave
 - Envio de um ofício ao dirigente máximo
 - Entrevistas realizadas por dois elementos da equipa

4. RESULTADOS PARCIAIS (fase 1 incompleta)

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Adaptação de referenciais de formação apenas para 9 profissões (nível 2) e para doença mental
- Avaliação da capacidade de trabalho produtiva pouco objectiva e para um posto de trabalho determinado
- Passagem para o mercado normal de trabalho infrequente a partir do emprego protegido e enclaves
- Apenas apoio à deslocação (toda população) ao nível da formação mas não do emprego
- Não se prevê assistência pessoal no emprego

4. RESULTADOS PARCIAIS (fase 1 incompleta)

PROTECÇÃO SOCIAL – PRESTAÇÕES

- Subsídio por Assistência de TP (88,37€/mês) ou Complemento de Dependência (rc: 94,77€; rnc: 85,28€) só para estudantes ou por impossibilidade de trabalhar

PROTECÇÃO SOCIAL – RESPOSTAS DE ACÇÃO SOCIAL

- As respostas têm algum custo. Custo e acesso depende de cada instituição (IPSS)
- Residências autónomas só para doença mental
- Serviço transporte só em Lisboa (1) e no Porto (3)
- Serviço de Apoio Domiciliário, mas limitado

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

- Ainda favorece a dependência e uma menor participação

Aumento despesas

Não melhora a
qualidade de vida

- A despesa pública das prestações tem pouco retorno (pouco sustentável)
- Ainda não incorpora o Paradigma da VI nem todos os direitos da Convenção

AGRADECEMOS A ATENÇÃO

Contacto

belen.rando@ina.pt